

As eleições gerais do Paraguai em 2013: o que dizem os relatórios das organizações regionais e os noticiários locais

Rodrigo Barros de Albuquerque^I
Joana Maria Barreto de Andrade^{II}
Érica Tatiane Brandão Mota Cardeal^{III}

Resumo: A ascensão de Fernando Lugo à presidência do Paraguai em 2008, pela chapa “Aliança Patriótica para a Mudança”, pode ser considerada como um marco histórico na política do país, já que historicamente, o Paraguai foi comandado por dois partidos: a *Asociación Nacional Republicana*, conhecido como Partido Colorado e o Partido Liberal Radical Auténtico. Inaugurando uma nova fase política, principalmente no que concerne às relações do Paraguai com a América do Sul, não tardou para que Fernando Lugo estivesse constantemente em conflito com o Senado, composto majoritariamente pelo Partido Colorado. Em 2012, após um acidente em Curuguaty envolvendo o movimento dos sem-terra, Fernando Lugo sofreu um processo de *impeachment* e foi retirado do poder. Essa crise política interna levou a consequências externas, com o MERCOSUL e a UNASUL suspendendo o país após considerarem o *impeachment* como golpe, e declarando que a suspensão acabaria somente quando ocorressem novas eleições. Dessa maneira, o Paraguai, interessado em demonstrar o cumprimento da ordem democrática nas eleições que ocorreriam em 2013, concordou em receber missões de observação de organizações regionais, como a já citada UNASUL, a Organização dos Estados Americanos e a União Europeia. O objetivo deste trabalho é ambientar o cenário político que deu origem ao *impeachment* e, em seguida, analisar todo seu processo eleitoral de acordo com o que foi divulgado nos relatórios apresentados pelas três organizações acima citadas, bem como os informes do Observatório de Política Exterior do Paraguai, demonstrando como cada organização reagiu à destituição de Fernando Lugo.

Palavras-Chave: monitoramento de eleições; *impeachment*; estabilidade democrática; democracia.

The 2013 General Elections on Paraguay: what the reports from regional organizations and local newspapers can tell us

Abstract: The ascension of Fernando Lugo into Paraguay’s presidency in 2008, by the coalition “Alianza Patriótica para el Cambio”, ought to be considered as a historical landmark in its country policy, especially when we consider its historical record, which is: Paraguay was always ruled by two major parties, *Asociación Nacional Republicana*, mostly known as “Partido Colorado”, and the *Partido Liberal Radical Auténtico*. Lugo started what is considered a new political momentum, mainly when it is related to its relationship with the other South America’s countries, a situation that quickly generated conflicts between his coalition and the Senate, whose majority belonged to his opposition, the Partido Colorado. After an accident involving the landless movement in 2012, Lugo was deposed from his chair by an impeachment process, initiated by a Colorado deputy. This domestic crisis led to

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

several external consequences, like Paraguay's suspension from MERCOSUR and UNASUR, institutions that had considered the impeachment process as a coup and admitting the country back only after a new democratic election. In such way, Paraguay, interested in showing its commitment to the democratic order, agreed to received observatory missions from regional organizations in 2013, such like UNASUR, the Organization of American States and the European Union. The objective of this paper is to describe the political scenario that led to the impeachment and to analyze the whole electoral process, using as resource the reports publicized by the three regional institutions cited above, as well as the releases from "Observatório de Política Exterior do Paraguai", looking forward to demonstrate how each of these organizations reacted in face of Lugo's destitution.

Keywords: election monitoring; impeachment; democratic stability; democracy.

Artigo recebido em 01/04/2016 e aprovado em 07/04/16.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presidente paraguaio eleito em 2008, Fernando Lugo, inaugurou uma nova fase na política paraguaia: após seis décadas de domínio do partido Colorado, Lugo e seu vice, Federico Franco, do partido Liberal Radical Autêntico, venceram as eleições com 42,3% dos votos na chapa "Aliança Patriótica para a Mudança". Apesar da derrota na candidatura à Presidência, contudo, os partidos Colorado e o Liberal, opositores do governo de Lugo, obtiveram a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara dos Deputados, o que gerou uma série de crises entre o governo da situação e a oposição, crescentemente fragilizando o governo Lugo.

Em 2012 ocorreu a maior dessas crises, pondo em xeque o governo Lugo, com a ocupação por cerca de 150 manifestantes sem-terra da propriedade Campos Morombi, pertencente a um ex-senador do Partido Colorado, Blas Riquelme. Os sem-terra alegaram que a propriedade, em Curuguaty, havia sido tomada ilegalmente durante a ditadura de Alfredo Stroessner, líder do Partido Colorado. No dia 15 de junho daquele ano uma operação para remover os sem-terra, fruto de uma decisão judicial a pedido de Riquelme, resultou na morte de seis policiais e onze manifestantes. Apenas quatro dias depois foi confirmado que o ex-senador Blas Riquelme não possuía o título de direito sobre os dois mil hectares em disputa, o que levou a Fernando Lugo, no dia 20 de junho, a anunciar uma comissão especial para investigar o incidente.^{IV}

Aproveitando esse incidente, no mesmo dia 20 de junho, o deputado Luis Gneiting, do partido Colorado, apresentou uma proposta de submeter a julgamento político o Presidente da República, Fernando Lugo, por responsabilidade política a respeito dos acontecimentos de Curuguaty. O pedido recebeu apoio das bancadas parlamentares dos

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

Partidos Liberal Radical Autêntico, do qual fazia parte o Vice-Presidente Franco, e Pátria Querida. Com 17 votos a favor, 1 contrário e 3 abstenções, o pedido foi aprovado em todas as suas acusações.^V Segundo o texto da peça em questão, Lugo governava de maneira "imprópria, negligente e irresponsável", causando "constante confrontação e luta de classes sociais, que como resultado final trouxe o massacre entre compatriotas, fato inédito nos anais da história desde a nossa independência nacional até a data atual, em tempo de paz". Entre as acusações, estavam a "falta de reação frente à morte dos 11 camponeses e 6 policiais no enfrentamento de Curuguaty", "não praticar políticas eficazes para dirimir a insegurança social" e "apoiar Protocolo sobre o compromisso com a Democracia no MERCOSUL sem ratificação parlamentar".^{VI}

Artigo recebido em 01/04/2016 e aprovado em 07/04/2016.

O presidente Lugo submeteu-se ao julgamento, esclarecendo que não apresentaria sua renúncia antecipadamente. Na manhã do dia seguinte, 21 de junho de 2012, a defesa de Lugo recorreu alegando inconstitucionalidade no Supremo Tribunal de Justiça do Paraguai, com o objetivo de impedir o julgamento. Ademais, a Defesa alegou que os trâmites processuais comuns não haviam sido respeitados, principalmente no que diz respeito ao tempo que o Congresso lhe concedeu para preparar sua defesa. O documento pedia que o julgamento político fosse suspenso, garantindo-se ao menos 18 dias para a defesa de Lugo. Na tarde de 22 de junho, após constituir um tribunal de julgamento, o Senado paraguaio, presidido por Jorge Oviedo Matto, declarou Fernando Lugo culpado das acusações apresentadas na Câmara, por 39 votos a favor e 4 contrários.^{VII} Nesse mesmo dia, Fernando Lugo se retirou da presidência do Paraguai e em seu lugar assumiu o Vice-Presidente Franco, que em 2 dias de governo já enfrentaria a sua primeira crise: a rejeição pelos países membros do MERCOSUL da sua instituição enquanto Presidente, sob a alegação de que a ordem democrática paraguaia sofrera uma ruptura. Nos informes do Observatório de Política Exterior Paraguaya,^{VIII}

MERCOSUL suspendeu Paraguai de próxima Cúpula

No dia 24 de junho, o MERCOSUL emitiu declaração na qual condena a ruptura da ordem democrática no Paraguai e suspende a participação deste na próxima Cúpula de Presidentes do bloco. Os Estados Partes, Argentina, Brasil e Uruguai, e os países associados, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, alegaram que a determinação considera o acordo estabelecido pelo Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, o qual estipula a plena vigência de instituições democráticas como condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração regional. Os países também afirmaram que medidas ulteriores serão adotadas no marco da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL. Em nota, a Chancelaria do Paraguai comunicou seu rechaço à decisão do bloco, a qual desqualifica as atribuições legítimas do Poder Legislativo paraguaio e não contribui para a integração regional. No mesmo dia, o ex-presidente, Fernando Lugo, declarou que não apoiará o novo mandatário do país, Federico Franco, para o diálogo com os países vizinhos e o restabelecimento de relações diplomáticas. No dia 25, o chanceler paraguaio, José Fernandez, ao comentar a ida de Lugo a reunião do MERCOSUL, afirmou que o ex-presidente não possui representação oficial de nenhum tipo para representar o Paraguai (INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 72 – 22/06/2012 a 28/06/2012).

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

Frente à crise, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) apoiou o governo paraguaio afirmando que garantiria o respeito à soberania do Estado, mas ressaltando que caso a crise se agravasse, afetaria os demais membros do bloco. Quando Lugo foi destituído e Franco assumiu a Presidência, no entanto, a UNASUL, juntamente com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), suspenderam a participação do Paraguai em diversos encontros de chefes de Estado, como punição pela ruptura da ordem democrática. A Organização dos Estados Americanos (OEA), por seu turno, reconheceu que o país sofreu uma crise constitucional, porém, no entendimento da organização, não cabia a ela intervir na ordem interna do país. O Paraguai, em contrapartida, declarou não reconhecer violação de norma internacional, golpe de Estado ou qualquer ilegalidade, rechaçando as ameaças de sanções por parte dos países e organizações regionais como ilegais e ilegítimas.

Diante desse cenário de instabilidade política, o governo paraguaio concordou em receber missões de observação das organizações regionais para acompanhar as eleições gerais do ano seguinte – 2013 – e verificar o cumprimento de princípios democráticos, a fim de apoiar o restabelecimento de uma ordem democrática operante no país e retirar a suspensão de participação do Paraguai nas instâncias das organizações.

Nesse sentido, eis como segue a estrutura deste artigo: após estas considerações iniciais sobre o contexto que motivou a constituição das missões de observação de duas das três organizações regionais mencionadas – UNASUL e OEA – e da União Europeia – com extensos interesses comerciais na região –, passamos à descrição dos relatórios finais emitidos por cada uma das organizações acerca das eleições gerais do Paraguai em 2013. Em seguida, apresentamos a repercussão do fato e dos relatórios das organizações regionais nos noticiários paraguaios, a partir dos informes do Observatório de Política Exterior Paraguaya. Ao final, tecemos considerações acerca do processo e sugerimos temas para uma agenda de pesquisa sobre o assunto.

2 AS MISSÕES DE OBSERVAÇÃO DAS ELEIÇÕES GERAIS

Em razão da crise no Paraguai, diversas organizações, intergovernamentais ou não, solicitaram permissão para entrarem no país e acompanharem o processo eleitoral de 2013, com vistas a verificar o restabelecimento da ordem democrática pela observância dos seus princípios e correta aplicação da legislação constitucional e eleitoral do país. Dentre estas organizações, três se destacaram pela sua importância regional, por terem sido convidadas pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE) – órgão eleitoral máximo do Paraguai – e pela amplitude dos seus mandatos enquanto observadores: a UNASUL, a União Europeia (UE) e a OEA.

Hoffmann (2005), bem antes da crise no Paraguai analisada neste trabalho, destacou a influência das organizações regionais através da condicionalidade política criada pela inserção da cláusula democrática no bojo de seus tratados constitutivos, exigindo que seus Estados membros atentem aos princípios das democracias contemporâneas e zelem pela manutenção da ordem democrática. Todas as organizações cujos relatórios são explorados neste trabalho possuem a cláusula democrática em seus tratados constitutivos, tornando ainda mais relevante a sua participação na condição de observadores externos para fiscalizar o processo eleitoral com vistas à manutenção da democracia no globo.

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

As eleições gerais, nas quais numerosos candidatos disputaram os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Deputado, Governador, Membro do Conselho Provincial e Membro do Parlasul, ocorreram em 21 de abril de 2013, conforme determinação do TSJE. Desse modo, em todos os casos,^{IX} as missões começaram suas operações algumas semanas antes da realização das eleições e findaram suas atividades em meados de maio do mesmo ano.

As missões de observação eleitoral (MOE) de cada organização contaram com grande número de participantes, reunidos de vários dos países membros de suas respectivas organizações.^X O número de observadores das organizações examinadas se justifica em dupla medida: em primeiro lugar, a análise do processo depende de uma missão com membros de múltiplas áreas de formação e atuação, pois são examinadas questões de dimensão política, jurídica e socioeconômica. Em segundo, as missões de observação se fazem presentes em grande quantidade de seções eleitorais para acompanhar a legalidade do processo e verificar a atenção à legislação eleitoral vigente. As subseções a seguir apresentam os resultados que constam nos seus relatórios finais.

2.1 UNIÃO EUROPEIA

O relatório da MOE-EU (EUROPEAN UNION ELECTION OBSERVATION MISSION TO PARAGUAY, 2013) inicia contextualizando as eleições gerais de 2013 com a apresentação dos principais motivos para a destituição de Fernando Lugo da Presidência da República em 2012: atritos internos na Coalición Alianza Patriótica para el Cambio, da qual ele tinha sido o candidato nas eleições anteriores, e o julgamento do assassinato de 11 camponeses e 6 policiais durante um tiroteio em uma tentativa de remoção de integrantes do movimento sem terra que ocupavam a fazenda Curuguaty. Com isso, seu vice, Federico Franco (PLRA), assume até o fim do mandato presidencial em 15 de agosto de 2013.

A MOE-UE destaca que o Paraguai ratificou diversos tratados regionais e internacionais que dizem respeito à fixação de eleições democráticas e periódicas e à não discriminação no exercício dos direitos políticos, além de reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e da Comissão para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, garantindo, assim, proteção formal em amplas categorias de direitos humanos para os seus cidadãos. Tal situação não impede, contudo, o Paraguai de não estar plenamente ajustado aos seus compromissos internacionais e a MOE-UE urge para que o Paraguai adapte suas normas domésticas com o objetivo de cumprir perfeitamente o que foi acordado em tratados internacionais solucionando definitivamente inconsistências que persistem entre esses tratados e os códigos eleitoral e penal do país. É importante notar que são necessários mecanismos eficazes de efetivação das leis e sanções previstas em seu código penal e eleitoral a fim de que deixem de ser meramente decorativas, como afirma a MOE-UE em seu relatório.

Quanto ao sistema eleitoral, a MOE-UE reconhece que o Paraguai é o único país membro do MERCOSUL que elege por voto direto, secreto e universal seus representantes do Parlasul, além de ter apresentado mudanças importantes para as eleições gerais de 2013, como garantir a participação eleitoral de paraguaios residentes no exterior, a inscrição automática no registro cívico de cidadãos ao completarem 18 anos e a aprovação de nova lei sobre o

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

financiamento de campanha, estabelecendo dispositivos que visam aumentar a transparência sobre os gastos de campanha e quem são os doadores de recursos. Restam, contudo, críticas: i) à composição das mesas de recepção dos votos, as quais privilegiam os três maiores partidos e geram desconfiança entre a população; ii) críticas contra a não atualização do sistema, mantendo no registro cívico eleitores já falecidos, abrindo espaço para fraudes; iii) à ausência de verificação de incapacidade ou incompatibilidade de candidatos para o exercício do cargo ao qual concorre; iv) ao descumprimento do calendário eleitoral no que tange ao período permitido para campanhas; v) ao baixo número de debates realizados entre os candidatos – apenas dois – e apenas entre os candidatos com maiores índices de intenção de voto, polarizando a disputa e prejudicando os candidatos menos populares; vi) à ausência de propostas claras para a solução ou mitigação de problemas fundamentais como educação, saúde, desemprego, pobreza, corrupção e segurança, que não foram apresentadas por nenhum dos candidatos; vii) à ausência de efetividade na implementação dos novos dispositivos acerca da transparência no financiamento de campanha, alijando a lei recém-criada que objetivava justamente resolver esta questão.

Parte especial do relatório foi dedicada ao repúdio à compra de votos, com denúncias feitas acerca do transporte coletivo de eleitores por partidos políticos, troca de votos por bens e serviços e a prática de currais eleitorais, com integrantes de comunidades indígenas recebendo alimentos até o dia das eleições com a condição de ficarem confinados e não participarem do processo eleitoral. A MOE-UE considera não apenas que esta ação, embora não seja realizada contra a vontade da população indígena, é ilegítima e viola o direito à dignidade humana dos indígenas.

No mesmo sentido, o relatório critica a violação repetida de dispositivos legais sobre o financiamento de campanha, particularmente no que tange ao uso de recursos públicos para financiar campanhas de candidatos do governo. Casos de repressão e intimidação de jornalistas em apuração destas denúncias evidenciam ainda mais o caráter ilegal das ações realizadas ao promoverem atentados à liberdade de expressão e favorecerem o controle da informação por veículos de comunicação privados, que, ainda, realizaram várias pesquisas de boca de urna com divulgação quase simultânea na mídia de pesquisas incompletas e nem sempre verídicas, buscando beneficiar candidatos defendidos por estes veículos, em franca violação do código eleitoral.

A MOE-UE elogiou os trabalhos desenvolvidos pelas autoridades eleitorais do país em alguns pontos importantes: i) tentativas de aumentar a inclusão política dos cidadãos, com extensão dos direitos políticos para indígenas e pessoas com algum tipo de deficiência, combatendo a discriminação e ampliando a participação da população, além de estabelecer cotas mínimas de mulheres concorrendo aos cargos públicos; ii) houve respeito aos procedimentos previstos pelo código eleitoral durante a votação, apesar de a inexperiência do TJSE ter pesado negativamente na realização do processo, gerando atrasos e informações desencontradas entre os eleitores; iii) o novo sistema de transmissão da apuração dos votos, com maior confiança e segurança na transferência de dados promoveu uma apuração rápida e permitiu o acompanhamento da população em tempo real.

2.2 UNASUL

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

Um dos pontos iniciais destacados no relatório da MOE-UNASUL (UNASUR, 2013) foi que, pela primeira vez, cidadãos paraguaios residentes no exterior tiveram a oportunidade de eleger a maior parte dos cargos sob votação nas eleições de 2013, excluindo-se apenas os Deputados. Isso significou a participação de quase 22 mil novos eleitores no processo eleitoral, sendo parte das inovações identificadas que colaboraram para melhorar a representação e aumentar a transparência das eleições. Fazem parte dessas inovações também medidas de inclusão por meio de tecnologias de última geração que permitiram a participação de pessoas com dificuldades físicas, sensoriais e socioculturais, como o uso de um *software* para leitura em braile, difusão de material no idioma guarani, impressão de boletins coloridos e com fotos que facilitavam a identificação de partidos e candidatos pelos eleitores.

Do ponto de vista da apuração dos votos, foram implementados mecanismos que garantiram maior segurança aos documentos oficiais, com monitoramento e controle da entrega e recepção desses materiais, via Internet ou telefone diretamente para a sede do TSJE. Os resultados foram divulgados através de *websites* e aplicativos para celulares, agilizando o acesso da população aos resultados das eleições e o acompanhamento em tempo real da apuração dos votos.

No geral, a MOE-UNASUL considerou que o processo eleitoral se desenvolveu de modo satisfatório, de acordo com o texto constitucional do país e demais protocolos eleitorais estabelecidos. Ademais, a missão apontou o alto índice de confiança depositada pelos candidatos dos principais partidos sobre o trabalho do TSJE e a crença de que estas eleições fariam o país retornar à situação de normalidade com o restabelecimento da ordem democrática, bem como reconheceu que o cumprimento do cronograma e da legislação se deu pelo alto nível de profissionalismo e pela alta competência técnica demonstrada pelos profissionais do TSJE. Por fim, o relatório reconhece que o processo se deu sem grandes intercorrências, com atuação pacífica das Forças de Segurança e manifestações também pacíficas por parte dos eleitores, o que auxiliou a alcançar o recorde histórico de participação eleitoral de 68,57%.

Alguns problemas ainda foram identificados e denunciados por partidos concorrentes no processo, como: i) a acusação pela Frente Guasú de que a TV Pública estaria fazendo campanha para o candidato da situação, ainda que isto tenha sido percebido apenas a poucas horas do término da apuração dos votos e já após o encerramento da participação dos eleitores; ii) a identificação, por parte dos observadores internacionais, de vulnerabilidades no *software* utilizado para votação e apuração dos votos que, embora não comprometessem o resultado daquelas eleições, deveriam ser ajustadas antes do próximo período eleitoral; iii) os locais de votação receberam muitas críticas por não estarem devidamente aparelhados para receberem os eleitores, sendo até mesmo o caso de falta de mesas ou mesas em tamanho inadequado para o exercício do voto; iv) dificuldades na identificação pelos eleitores, de suas respectivas seções eleitorais, haja vista que apenas aproximadamente 66% das seções eleitorais estavam adequadamente identificadas; v) forte ausência do Estado na realização das eleições, o que acabou permitindo ações dos partidos políticos que buscavam escapar aos limites da legislação estabelecida, bem como de veículos de imprensa que realizaram pesquisas de boca de urna quando estas não eram permitidas; vi) a demora na instalação das mesas receptoras dos votos, o que atrasou o início da votação em cerca de 41 minutos, justificado pelo TSJE em função da demora na entrega do material eleitoral aos membros de cada mesa.

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

Uma questão importante que se pode notar e que distingue o relatório da MOE-UNASUL da MOE-UE é que enquanto neste último se percebe um cuidado e atenção maiores com os rumos das eleições em um aspecto mais amplo, considerando com cuidado a legislação paraguaia, o relatório da MOE-UNASUL evidencia apenas o aspecto político, passando a impressão de que a dimensão legal era menos importante e que bastaria resolver a dimensão política ao realizar as eleições e colocar um novo Presidente no cargo que todos os problemas do Paraguai estariam resolvidos. Desse modo, o relatório da MOE-UE demonstra mais preparo, conhecimento e acurácia técnica do que a MOE-UNASUL, provavelmente pela experiência com outras missões, ainda mais considerando o ainda curto espaço de tempo de funcionamento da UNASUL. Isso repercute no relatório de modo geral: se para a MOE-UNASUL o processo teve muito mais pontos positivos do que negativos, adjetivando como “satisfatório” em várias instâncias, a MOE-UE aparenta mais preocupação com a repercussão de pequenas falhas que, se não forem corrigidas, podem vir a se tornar ameaças à democracia paraguaia.

Há outro ponto de discordância entre os relatórios da MOE-UE e da MOE-UNASUL que merece ser mencionado: para a UNASUL a situação de destituição de Lugo do cargo caracteriza-se claramente como um golpe de Estado, enquanto a União Europeia sugere que a situação pode vir a ser interpretada como tal, devido às evidências de descumprimento da ordem jurídica, mas não acusa explicitamente a ocorrência de um golpe contra o ex-Presidente Lugo.

Finalmente, deve-se mencionar uma última questão atinente à representatividade. O relatório da MOE-UNASUL enfatiza a participação do eleitorado e o fato de ser um número histórico no comparecimento às urnas no país. No entanto, não tece considerações acerca de o número, abaixo de 70%, ser considerado um número razoavelmente pequeno quando comparado com democracias maduras. O mesmo fato foi alvo de críticas, conforme aponta o próprio relatório, de diversas organizações não governamentais que trabalham com questões de direitos políticos; ainda assim, careceu de críticas mais sérias e reflexões sobre o tema por parte da UNASUL. Possivelmente, a alta polarização política, que concentrou os votos em apenas três partidos maiores, alvos de maior atenção da mídia e a ausência de mecanismos que garantissem maior equidade na participação para os demais partidos em horários políticos e veículos de imprensa foi responsável por afastar parcela significativa do eleitorado, ao não se sentirem representados pelos candidatos dos partidos maiores.

2.3 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

O relatório da MOE-OEA (ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, 2013) é, em certos aspectos, mais técnico que os anteriores. Nele é possível encontrar detalhes sobre o funcionamento do sistema político paraguaio, a tripartição de poderes e suas principais instituições de governo, bem como as regras eleitorais fundamentais. A primeira seção do relatório, que trata do sistema político e da organização eleitoral do país menciona brevemente e apenas a título de contextualização a situação que levou à destituição de Lugo e à crise de governabilidade instaurada pelas disputas entre o Poder Executivo chefiado por Franco e o Poder Legislativo. No entanto, nesta contextualização, a MOE-OEA parece ser mais cuidadosa para não tomar partido,; diferentemente da UNASUL, que acusou

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

diretamente o ocorrido como golpe de Estado, o posicionamento da MOE-OEA segue a linha da MOE-UE, apresentando e discutindo a situação ao mesmo tempo em que busca se manter imparcial. Tais fatos – a destituição de Lugo da presidência e os embates entre o Executivo e o Legislativo – são apontados pela missão como evidências de enfraquecimento da democracia paraguaia e indicam a necessidade de seu fortalecimento, do qual as eleições se tornam importante instrumento à sua consecução.

Nas seções seguintes, o relatório descreve quais são as instituições com funções constitucionalmente estabelecidas acerca de processos eleitorais, sobre as condições necessárias ao registro de eleitores e sobre como se dá o financiamento de campanha no país. Neste último ponto, o relatório informa que os membros da MOE-OEA receberam diversas queixas referentes à violação da proibição de uso de recursos do Estado em campanhas políticas, informando que recursos estatais foram empregados em campanhas de alguns candidatos e, pela ausência de normas efetivas de sanção para estes casos, tais violações passaram ao largo de qualquer punição. Ainda sobre o financiamento de campanha, embora haja determinação por parte do código eleitoral do país sobre a transparência dos recursos utilizados em campanha, com divulgação por parte dos candidatos da origem dos recursos adquiridos e empregados, os relatórios não são muito claros e não estão facilmente disponíveis para a população examiná-los por conta própria, de modo que a MOE-OEA recomenda que ferramentas efetivas de fiscalização e controle para a garantia da transparência e publicidade do financiamento de campanha sejam implementadas.

O relatório ainda enfatiza a questão de gênero apresentando, de forma mais detalhada que os relatórios da MOE-UNASUL e da MOE-UE, a existência de mecanismos para garantir maior participação das mulheres tanto enquanto candidatas como eleitoras. Assim, o código eleitoral paraguaio exige que pelo menos 20% das candidaturas sejam de mulheres; apesar do número bastante aquém da metade das candidaturas, as eleições gerais de 2013 registraram o recorde histórico de 38% das candidaturas apresentadas terem sido ocupadas por mulheres. Este número não se reflete na mesma proporção nos candidatos efetivamente eleitos: apenas 20% dos Senadores eleitos foram mulheres e 29% dos Deputados eleitos foram mulheres, além de apenas uma candidata a Governadora Provincial ter sido eleita. Permanece digno de nota que nenhuma mulher havia chegado a ocupar cargos no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral até 2013, conforme destacado pelo relatório da missão, apesar de o órgão possuir uma seção destacada para a questão do gênero, destinada a promover, coordenar e implementar o desenvolvimento integral e mecanismos de exercício dos direitos políticos das mulheres, sobretudo sua participação plena no sistema eleitoral paraguaio.

Do mesmo modo que o relatório da MOE-UNASUL, este relatório reconhece que o processo eleitoral ocorreu, no geral, de modo pacífico e sem maiores contratemplos, obedecendo com louvor ao calendário eleitoral estabelecido pelo TSJE. No entanto, o processo não ficou livre de críticas, especialmente em relação ao desbalanço no espaço concedido a alguns candidatos nos veículos de comunicação, provocando distorções e desequilíbrios que levaram à polarização política centrada nos maiores partidos, conforme também apontou o relatório da MOE-UNASUL.

Diferentemente da MOE-UNASUL, a MOE-OEA informa que as mesas de votação abriram no tempo inicialmente determinado e, em sua grande maioria, com todos os

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

equipamentos necessários à adequada realização do processo. A missão aponta, entretanto, que as grandes filas que se estabeleceram em algumas seções devido à falta de melhor planejamento por parte das autoridades eleitorais atrasou o encerramento das mesas e, conseqüentemente, a apuração dos votos, que não sofreu mais com os atrasos devido ao bom funcionamento do novo sistema de transmissão da apuração, o qual garantiu rapidez e transparência na entrega dos resultados no dia previsto inicialmente pelo calendário eleitoral divulgado pelo TSJE.

Pequenos incidentes foram apontados, como pesquisas e manifestações de boca de urna, denúncias de compra de votos, transportes ilegais de integrantes de comunidades indígenas e alguns registros de violência; nenhum destes incidentes, contudo, comprometeu seriamente o processo, mas a MOE-OEA recomenda que estes incidentes sejam investigados para garantir o cumprimento da legislação eleitoral. Na esteira das recomendações da missão, estão ainda: i) a sugestão de reforma da composição dos membros de instituições que compõem a Justiça Eleitoral, a fim de melhorar a sua imparcialidade; ii) a sugestão de reforma na composição das mesas de recepção de votos, para aumentar a confiança dos cidadãos, bem como sugere aperfeiçoar a capacitação dos membros das mesas para agilizar o atendimento aos eleitores, sugere ampliar a quantidade de informações divulgadas aos eleitores quanto aos procedimentos a serem seguidos no dia das eleições e sugere aumentar o número de urnas disponíveis para a votação; iii) a recomendação de reformas quanto aos meios de comunicação que garantam distribuição de tempo e espaço mais equânime entre os candidatos nestes meios, reduzindo a polarização entre candidatos de partidos maiores.

3 O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA E OS NOTICIÁRIOS

O Observatório de Política Exterior Paraguaya traz ao público semanalmente notícias referentes à política externa do Paraguai desde que o projeto foi criado. Dessa maneira, é possível, através dos informes publicados toda semana, verificar cronologicamente os acontecimentos da instabilidade política retratada neste artigo, desde a crise do governo Lugo até o acompanhamento das instâncias internacionais do processo eleitoral realizado em abril de 2013. Por conseguinte, os informes possibilitaram observar a repercussão do golpe na região, nos blocos regionais e no mundo, destacando as divergências internas e externas ao País, as reações e as conseqüências dos acontecimentos.

Analisando os informes de modo sequencial, é possível perceber que as opiniões internas divergem das opiniões externas ao país quanto à destituição de Lugo. Por um lado, o presidente Lugo era acusado internamente como responsável pelos acontecimentos de Curuguaty e depois sendo declarado culpado, entrando em seu lugar Franco. Em contrapartida, esse ato de destituição chegou a ser classificado como um golpe de Estado por países vizinhos, por ter ocorrido de forma ilegal e ilegítima. Sendo assim, Lugo recebeu apoio da UNASUL a fim de garantir o cumprimento de sua legítima defesa e o MERCOSUL declarou a suspensão do Paraguai do bloco e o não reconhecimento do novo mandatário, Franco. Os dois blocos suspenderam de imediato a participação do país em suas instituições, alegando ruptura da ordem democrática, condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração regional.

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

Através dos noticiários, é possível notar que há diferenças de reação e comportamento entre os blocos regionais, UNASUL, MERCOSUL e OEA, evidenciados também nos relatórios das missões de observação. O rechaço da UNASUL e do MERCOSUL permaneceu desde a crise de Lugo até a eleição do novo presidente em 2013 e diversas reuniões dessas organizações internacionais foram realizadas sem a participação do Paraguai, agravando ainda mais a situação quando a Venezuela foi incorporada ao MERCOSUL como membro pleno. Enquanto os dois blocos adotaram medidas de suspensão e exclusão do Paraguai de cúpulas e diversas reuniões, a OEA mostrou-se, desde o início, preocupada em ser neutra e ofereceu apoio em muitas situações, respeitando o princípio da não intervenção em assuntos internos em relação ao Paraguai. Dessa forma, com o apoio imediato da OEA, o Paraguai recebe uma missão especial com o objetivo de avaliar a situação do país:

OEA decidiu enviar uma missão especial ao Paraguai

No dia 27 de junho, o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) decidiu enviar uma missão especial a Assunção a fim de avaliar a crise política no país. O chanceler paraguaio, José Feliz Fernández, classificou a decisão da OEA como um triunfo e afirmou colaborar com a missão especial. Ademais, Fernández alegou que a chancelaria está em contato com vários países a fim de obter o reconhecimento do novo presidente Federico Franco (INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 72 – 22/06/2012 a 28/06/2012).

Através dos noticiários, é possível também perceber um fator importante para a situação do Paraguai, que foi o acompanhamento da União Europeia, iniciado ainda em julho de 2012, quando o Parlamento Europeu enviou uma missão ao Paraguai com o intuito de observar a situação política do país após o impeachment de Lugo e avaliar a suspensão deste do MERCOSUL e da UNASUL. Com isso, supõe-se que a União Europeia comporta-se de forma análoga à OEA, indicando neutralidade no processo.

Ainda por meio dos informes do OPEP é possível acompanhar quando as movimentações do processo eleitoral começaram a chamar atenção. A primeira notícia relacionada ao tema foi publicada ainda em agosto de 2012, quando o país convida a OEA para observar a eleição no ano seguinte. O que confirma ainda mais o comportamento mais neutro da organização internacional em relação ao Paraguai:

Paraguai convidou observadores para acompanhar processo eleitoral

No dia 20 de agosto, em Washington, o embaixador do Paraguai junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), Bernadino Hugo Saguier Caballero, entregou ao secretário geral da organização, José Miguel Insulza, uma carta solicitando o envio de observadores eleitorais para as eleições gerais de 2013. Insulza atendeu ao pedido paraguaio e afirmou que buscará manter a missão no país até as eleições (INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 80 – 17/08/2012 a 23/08/2012).

Acompanhando os informes do Observatório de Política Exterior Paraguaya de meados de outubro de 2012, verifica-se que as relações do Paraguai com UNASUL começam

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

a ser retomadas. A UNASUL sugere que seja enviada uma missão de observação eleitoral ao país e o governo paraguaio não se opõe “desde que o bloco repense sua conduta e dê ao Paraguai direito de defesa nas questões em que é acusado” (INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 89 – 19/10/2012 a 25/10/2012). Depois de alguns rechaços do Paraguai em relação ao envio da missão de observação da UNASUL, no qual rejeita o pedido da Justiça Eleitoral de concessão de imunidade diplomática aos delegados da organização (INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 101 – 15/02/2013 a 21/02/2013), o país finalmente recebe os observadores do bloco para acompanhar a eleição.

Mesmo com as missões da OEA e da UE no país para acompanhar o processo eleitoral, as relações do Paraguai com o MERCOSUL não foram retomadas. O bloco manteve o país suspenso até que o novo presidente fosse eleito. Vale ressaltar que os noticiários possibilitam verificar também a opinião da União Europeia em relação ao comportamento do MERCOSUL:

Retorno do Paraguai ao MERCOSUL foi solicitado pela União Europeia

No dia 22 de fevereiro, foi solicitado o retorno do Paraguai ao MERCOSUL pelo representante da União Europeia (UE), Dr. Claude Robert Ellner. O embaixador da Alemanha afirmou que para a UE, o Paraguai continua sendo reconhecido como membro do MERCOSUL e que portanto, o bloco europeu não manterá relações com o sul-americano até que a situação do mesmo seja regularizada e o governo Franco possa participar novamente das reuniões do MERCOSUL (INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 102 – 22/02/2013 a 28/02/2013).

À guisa de conclusão, o OPEP nos permite obter uma visão mais geral da situação do Paraguai com o benefício de, na leitura sequencial dos seus informes, facilitar a compreensão da crise política que o país enfrentou e suas consequências. Ademais, a observação internacional nesse momento de transição foi de suma importância para o país, pois proporcionou grandes passos para um processo eleitoral mais consistente, melhorando suas relações diplomáticas.

4 CONCLUSÕES

O que podemos concluir através dos relatórios de cada MOE e dos informes do Observatório de Política Exterior do Paraguai é que existem muitas divergências entre eles. Em relação aos relatórios, podemos afirmar que as informações apresentadas foram mais completas e mais precisas, principalmente por serem oriundos dos trabalhos de três organizações internacionais diferentes que iniciaram o acompanhamento do processo antes mesmo das próprias eleições e finalizado apenas após a apuração e divulgação do resultado final das mesmas. O grande número de participantes envolvidos possibilitou uma maior cobertura de tudo que ocorreu durante as eleições além de estarem diretamente envolvidos com questões legais. Além disso, cada relatório apresentou notas explicativas contextualizando a situação que evocava a necessidade das missões de observação.

AS ELEIÇÕES GERAIS DO PARAGUAI EM 2013: O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E OS NOTICIÁRIOS LOCAIS

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

Um fato que nos chamou à atenção foi a observação das condutas da UNASUL e da UE. Ambas tiveram posições diferentes acerca da deposição de Fernando Lugo. Desde o início a UNASUL se posicionou contra, tomando medidas severas contra o Paraguai, suspendendo o país das atividades da organização. A UE optou pela neutralidade, o que não seria uma surpresa, já que a organização historicamente prefere não interferir em questões de ordem interna de outros países. Porém, o que observamos em cada um de seus relatórios é a mudança de conduta dessas organizações. A UNASUL, organização que mais esteve envolvida com a crise política paraguaia, foi a que apresentou relatório com maiores evidências no aspecto político, enquanto a UE estava mais comprometida com a observação de questões jurídicas. Isso dá a entender que para a UE o principal problema paraguaio está em suas leis e o modo como elas são aplicadas nas eleições, deixando o país vulnerável a golpes políticos. Para a UNASUL, o que se pode entender com seu relatório é que resolver a crise política de forma imediata era sua preocupação principal, o que faz sentido já que a instituição se viu em meio a uma grande crise política não mais interna, mas regional. Sendo assim passou de medidas severas a tentativas de conciliação com o governo paraguaio.

Em relação aos informes, diferentemente dos relatórios, foram apresentadas poucas notícias vinculadas às eleições, em sua maioria de caráter pontual, como a visita de um observador em alguma instituição ou a declaração de alguma autoridade a respeito do assunto. Isso nos leva a crer que os jornais paraguaios não deram tanta atenção às eleições como apresentado pelos relatórios das MOE. Uma das principais funções de um jornal, além de levar informação à população, é reproduzir, de forma indireta, a opinião de sua população. Associando as notícias dos jornais às informações recolhidas pelos relatórios das MOE fica evidente como a população paraguaia é pouco atuante no campo político, apontando um longo caminho a percorrer no aprimoramento de sua democracia. Esta deve ser iniciada pela solução de problemas que têm raízes históricas, solapando os avanços democráticos, envolvendo, sobretudo, as relações entre os partidos e etnias que compõem o sistema político e a sociedade paraguaia.

REFERÊNCIAS

EUROPEAN UNION ELECTION OBSERVATION MISSION TO PARAGUAY. **Paraguay**: final report. General Elections. April 21st, 2013. Disponível na Internet em: http://eeas.europa.eu/top_stories/2013/190413_paraguay_eom_en.htm. Acesso em: 04 dez 2014.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro. “Avaliando a influência das organizações regionais de integração sobre o caráter democrático dos regimes de seus Estados-partes: o caso do MERCOSUL e o Paraguai”. **Cena Internacional**, ano 7, nº 2, p. 83-92, 2005.

AS ELEIÇÕES GERAIS DO PARAGUAI EM 2013: O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS DAS
ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E OS NOTICIÁRIOS LOCAIS

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 72 – 22/06/2012 a 28/06/2012.
Observatório de Política Exterior Paraguaya. Disponível em: <[http:// www.gedes.org.br](http://www.gedes.org.br)>.
Acesso em 23 jul. 2015.

INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 80 – 17/08/2012 a 23/08/2012.
Observatório de Política Exterior Paraguaya. Disponível em: <[http:// www.gedes.org.br](http://www.gedes.org.br)>.
Acesso em 23 jul. 2015.

INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 89 – 19/10/2012 a 25/10/2012.
Observatório de Política Exterior Paraguaya. Disponível em: <[http:// www.gedes.org.br](http://www.gedes.org.br)>.
Acesso em 23 jul. 2015.

INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 101 – 15/02/2013 a 21/02/2013.
Observatório de Política Exterior Paraguaya. Disponível em: <[http:// www.gedes.org.br](http://www.gedes.org.br)>.
Acesso em 23 jul. 2015.

INFORME DE POLÍTICA EXTERIOR PARAGUAYA nº 102 – 22/02/2013 a 28/02/2013.
Observatório de Política Exterior Paraguaya. Disponível em: <[http:// /www.gedes.org.br](http://www.gedes.org.br)>.
Acesso em 23 jul. 2015.

MARSTEINTREDET, Leiv; LLANOS, Mariana; NOLTE, Detlef. “Paraguay and the politics of impeachment”. **Journal of Democracy**, vol. 24, nº 4, p. 110-123, 2013.

MEILÁN, Xabier. “Paraguay’s 2013 general election”. **Electoral Studies**, vol. 35, p. 362-405, 2014.

MOREIRA, Felipe Kern; SILVA, Deise Maria Votto. “O compromisso e a dinâmica democrática nos países do MERCOSUL: universalismo, regionalismo e cultura política”. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, nº 3, p. 19-27, 2008.

NICKSON, Andrew. “The general election in Paraguay, April 2008”. **Electoral Studies**, vol. 28, p. 141-173, 2009.

AS ELEIÇÕES GERAIS DO PARAGUAI EM 2013: O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E OS NOTICIÁRIOS LOCAIS

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Informe de la misión de observación electoral:** elecciones generales del 21 de abril de 2013 en la República del Paraguay. Disponível na Internet em: http://www.oas.org/es/sap/deco/MOE_informe/Informe_Paraguay.pdf. Acesso em: 04 dez 2014.

RECALDE, Liliana Rocío Duarte. “Paraguay: interrupción al proceso de consolidación de la democracia”. **Revista de Ciencia Política**, vol. 33, nº 1, p. 303-324, 2013.

UNASUR. **Misión de Seguimiento Electoral.** Grupo de Alto Nivel para el Seguimiento y Evaluación de la situación de la República del Paraguay. Elecciones generales. 21 de Abril de 2013. Informe Final. Disponível na Internet em: <http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/c271b24d-f1f7-4b5d-9515-a30254ae64e3/UNASUR-CS-ELU-INF-13-0003.pdf>. Acesso em: 04 dez 2014.

Notas

^I Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é Professor do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (NURI/UFS), líder do Centro de Estudos Internacionais (CEI/UFS), vice-líder do Núcleo de Estudos de Política Comparada e Relações Internacionais (NEPI/UFPE). E-mail: albuquerque.rodrico@ufs.br.

^{II} Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos Comparados em Política Externa e Defesa (COPEDE) e coordenadora do Observatório de Defesa do Paraguai. E-mail: joana_maria21@hotmail.com.

^{III} Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos Comparados em Política Externa e Defesa (COPEDE), atuando como pesquisadora da rede sul-americana de Observatórios de Política Externa e Defesa, vinculado ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). E-mail: erica.brandao.ri@gmail.com.

^{IV} Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-18553813>. Acesso em 26 set 2014.

^V Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5851759-EI8140,00Deputados+acusam+Lugo+de+trazer+caos+ao+Paraguai.html>. Acesso em 26 set 2014.

^{VI} Disponível em: <http://www.lanacion.com.py/articulo/77353-juicio-politico-sesion-extra-del-senado.html>. Acesso em 26 set 2014.

AS ELEIÇÕES GERAIS DO PARAGUAI EM 2013: O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E OS NOTICIÁRIOS LOCAIS

RODRIGO BARROS DE ALBUQUERQUE
JOANA MARIA BARRETO DE ANDRADE
ÉRICA TATIANE BRANDÃO MOTA CARDEAL

^{vii} Disponível em: <http://www.lanacion.com.py/articulo/77557-destituyen-a-lugo-y-franco-asumira-la-presidencia.html>. Acesso em 26 set de 2014.

^{viii} O Observatório de Política Externa do Paraguai (OPEP) é um projeto executado pelo Grupo de Estudos Comparados em Política Externa e Defesa (COPEDE) da Universidade Federal de Sergipe, integrado e organizado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). O intuito é produzir semanalmente informes a política externa do Paraguai. Os informes são produzidos através de notícias publicadas nos periódicos paraguaios ABC Color, Diario de la Nación e Información Pública Paraguay. O OPEP está sob a coordenação da Prof^a. Dra. Érica C. A. Winand e do Prof. Dr. Lucas Pinheiro, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe.

^{ix ix} A União Europeia, por exemplo, iniciou seus trabalhos em 02 de março de 2013 e entregou seu relatório final em 16 de maio do mesmo ano (EUROPEAN UNION ELECTION OBSERVATION MISSION TO PARAGUAY, 2013). A UNASUL realizou reuniões preliminares, mas instalou sua missão apenas em 09 de abril, entregando o relatório final durante o mês de maio (UNASUR, 2013). A OEA, por fim, realizou reuniões preliminares em fevereiro, novas reuniões com autoridades eleitorais e legais para aprofundar o conhecimento sobre o sistema eleitoral do país e tomar nota de suas impressões sobre o processo eleitoral, concluindo e entregando seu relatório final em 09 de maio de 2013 (ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, 2013).

^x A MOE-UE contou com o maior contingente de pessoal, composta de 111 observadores – de um total de 491 observadores que acompanharam as eleições de 2013 – reunidos a partir dos então 27 membros da organização (EUROPEAN UNION ELECTION OBSERVATION MISSION TO PARAGUAY, 2013). A MOE-OEA contou com 79 observadores provenientes de 22 Estados membros da organização, com o cuidado, inclusive, de dividir seus membros quase igualmente entre homens e mulheres, com proporção de 49,36% para os primeiros e 50,64% para as mulheres (ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, 2013). A MOE-UNASUL, por fim, foi composta de 51 observadores, oriundos de 8 Estados membros (UNASUR, 2013). Juntas, as três organizações representavam 49% de todos os observadores presentes no país para acompanhar as eleições gerais de 2013.